



A PERCEPÇÃO DE DOCENTES SOBRE A APLICAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Clésia Ana Gubiani

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
e-mail: clesia@unochapeco.edu.br

Francieli Padilha

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
e-mail: clesia@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
e-mail: sady@unochapeco.edu.br

Silvana Dalmutt Krüger

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
e-mail: silvanak@unochapeco.edu.br

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis sobre a aplicação dos pronunciamentos contábeis nos componentes curriculares por eles ministrados. Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como exploratória, de levantamento e com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário respondido por onze docentes que atuam nas disciplinas específicas de contabilidade, em um Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade do Estado de Santa Catarina. Os resultados do estudo evidenciam que como forma de utilização dos pronunciamentos contábeis no processo de ensino-aprendizagem, 22% dos professores pesquisados utilizam exercícios de contabilização, 19% fazem o encaminhamento de leituras e 16% utilizam-se de estudos de casos. Observou-se que, para 33% dos pesquisados, as principais dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem relacionadas à aplicação dos CPCs se referem à falta de modelos teóricos ou exemplos outros 28% indicaram a falta de hábito de leitura complementar dos acadêmicos, 22% encontram dificuldade de interpretação dos CPCs e 17% indicaram a elevada subjetividade das normas. Em relação aos conceitos utilizados nos pronunciamentos contábeis, se estes atendem de forma mais adequada aos preceitos da teoria da contabilidade, 42% dos docentes concordaram plenamente, enquanto 58% concordaram de forma parcial. A pesquisa indica a utilização e aplicação dos CPCs nas disciplinas ministradas no curso de ciências contábeis, bem como, o esforço dos docentes com a adaptação dos conteúdos propostos pelos pronunciamentos contábeis aos componentes curriculares e a preocupação com o processo de ensino por meio de diversas metodologias de aprendizagem.

Palavras-chave: Pronunciamentos contábeis; CPCs; Curso de Ciências Contábeis.





1 INTRODUÇÃO

Com as grandes mudanças ocorridas nos negócios e na circulação internacional de recursos financeiros, surgiu a necessidade da busca por um padrão global único de contabilidade, com o objetivo da comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas. Para atender essa necessidade o *International Accounting Standards Board* (IASB), que teve como antecessor o *International Accounting Standards Committee* (IASC) (1973-2001), é o organismo responsável pela elaboração de padrões contábeis em nível internacional. No Brasil, aderente ao movimento internacional, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com outras entidades, criou o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo de centralizar a elaboração de padrões contábeis e buscar a convergência ao padrão internacional do IASB.

Conforme Braga e Almeida (2009, p.3), a partir das mudanças inseridas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, o cenário contábil brasileiro “procura criar condições para harmonizar as práticas contábeis adotadas no país e respectivas demonstrações contábeis com as práticas e demonstrações exigidas nos principais mercados financeiros mundiais”.

Iudícibus et al. (2010) ressalta o formato do modelo brasileiro, tendo em vista que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis surgiu da união de esforços e objetivos comuns das seguintes entidades: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros (BM&FBOVESPA), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), com apoio das autarquias governamentais, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB), entre outras.

Costa, Yamamoto e Theóphilo (2011), ressaltam os avanços do processo de convergência no Brasil, argumentando que “a alteração da Lei das Sociedades por Ações, as normas do CPC e o poder regulatório, principalmente da CVM, SUSEP e BACEN, permitiram ao Brasil assumir o compromisso de alinhar suas práticas contábeis às normas internacionais emitidas pelo IASB.” Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p. 14) comentam os benefícios das mudanças na contabilidade societária, salientando que “essas alterações têm por objetivo principal criar condições para a harmonização da lei societária brasileira com as melhores práticas contábeis internacionais, no intuito de eliminar as dificuldades de interpretação e aceitação das informações financeiras emitidas por empresas brasileiras”.

Para que as normas emitidas na forma de CPCs gerem impacto na contabilidade, é preciso um progresso constante, duradouro e equilibrado, que dependa de algo mais do que meras adaptações dos modelos internacionais de contabilidade, que somente ocorrerão sob certas circunstâncias, a continuidade do trabalho profundo sobre princípios contábeis por parte das entidades representativas da profissão; que os técnicos de contabilidade se dirijam em massa para bons cursos de Ciências Contábeis; e que as instituições de ensino e pesquisa dediquem mais esforços e fundos à pesquisa contábil (IUDÍCIBUS, 2006).

Cada Instituição de Ensino Superior (IES) independente de ser pública ou privada possui para os Cursos de Graduação um Projeto Pedagógico que define sua matriz curricular abrangendo as Diretrizes Curriculares estabelecidas nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE). As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis são instituídas pela Resolução do CNE 10/2004.

Art. 5º - Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela





CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando.

Observa-se que as discussões visando à harmonização e convergência das normas internacionais, já eram realizadas no Brasil ainda antes da Lei 11.638/07. No entanto, conforme Fernandes et al. (2011), com todas estas dificuldades da educação contábil no Brasil e a rapidez com que está acontecendo o processo de convergência internacional, fica uma dúvida em relação à reação dos professores frente a esta nova necessidade.

Neste contexto, surge a problemática norteadora do estudo: **Qual a percepção dos docentes de contabilidade sobre a aplicação dos Pronunciamentos Contábeis nas disciplinas ministradas?** O objetivo do estudo é analisar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis sobre a aplicação dos pronunciamentos contábeis (CPCs) nos componentes curriculares por eles ministrados.

A pesquisa justifica-se pela necessidade dos profissionais contábeis estarem atualizados em relação aos pronunciamentos contábeis e a aplicação dos mesmos nas organizações.

O estudo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na próxima seção apresenta-se a revisão da literatura abordando sobre a educação e o ensino de contabilidade no Brasil, a contextualização do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estudos anteriores relacionados à temática. A terceira seção contempla os procedimentos metodológicos utilizados na coleta de dados realizada por meio da aplicação de questionários aos professores do Curso de Ciências Contábeis da instituição pesquisada. Na seção 4 apresenta-se a análise dos dados obtidos, visando contemplar o objetivo proposto, e por fim, na última seção as conclusões sobre o estudo realizado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção aborda a educação e o ensino de contabilidade no Brasil, o contexto do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estudos anteriores relacionados à temática estudada.

2.1 EDUCAÇÃO E ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Diante das mudanças ocorridas no contexto mundial, o grande desafio do ensino superior é produzir conhecimentos, formar profissionais que atuam na área de acordo com as necessidades do mercado de trabalho. Na área de ciências contábeis essas mudanças ocorrem pela descoberta de novas tecnologias de informação e de gestão, assim como pela introdução das novas normas de contabilidade, por meio do conjunto de pronunciamentos contábeis.

Conforme o Ministério da Educação – MEC (2012), existem no Brasil 1.231 cursos superiores em atividade, sendo que há uma concentração de 48,66% na região Sudeste. Individualmente, o estado de São Paulo concentra o maior número de cursos superiores (314), representando 25,50% dos cursos ofertados no Brasil. Os cursos são regulamentados pela Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

De acordo com Oliveira (2003, p. 30) as “mudanças no ambiente econômico e na tecnologia têm superado a educação contábil e levado ao aumento da lacuna entre as necessidades atuais e o ensinamento contábil”. Serra Negra (2004, p. 13) complementa: “sociedades diferentes exigem comportamentos diferentes. Portanto, a educação contábil em cada instituição tem que levar em consideração os conjuntos de valores de cada lugar”.

Portanto, constantemente está ocorrendo críticas por meio dos educandos que o ensino em ciências contábeis apresenta um caráter excessivamente teórico. Serra Negra (2004, p.12) afirma que:

A maioria dos alunos formandos não se sente preparada tecnicamente para enfrentar o mercado de trabalho. Como educadores, sabemos que essa é uma sensação normal entre os formandos de qualquer curso superior. Porém, no caso específico do Curso





CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



de Ciências Contábeis, no qual os conhecimentos técnicos e científicos da Contabilidade estão fortemente ligados, enfatiza-se muito o ensino da legislação fiscal, que altera quase que diariamente, e a sensação de desatualização e impotência frente ao trabalho contábil torna-se mais acentuado.

A formação do profissional por meio do ensino superior permite que o graduado em ciências contábeis atue em diversas áreas ou se direcione em uma área para atuar de acordo com seu maior conhecimento e habilidade. No entendimento de Serra Negra (2004, p. 12) “O profissional de hoje e do futuro em Contabilidade é aquele que faz parte da decisão, que auxilia outros a tomarem decisões, o que significa trabalhar juntamente com uma gama variada de outros profissionais”.

Diante disso, percebe-se a relevância das aulas práticas como elemento facilitador para o ingresso no mercado de trabalho, em que estão sendo introduzidos novos métodos e novas técnicas, sendo que essas mudanças são incrementadas nos registros contábeis. Oliveira (2003, p. 30) salienta que o ensino deve incluir a “identificação de decisões cruciais das áreas e a determinação de objetivos e metas; fornecer subsídios à direção e o controle efetivo de recursos humanos, e materiais”.

Capacchi *et al.* (2003) buscaram analisar a estrutura curricular de 1.402 cursos na área de Ciências Contábeis, e os atuais desafios que se colocam na formação e na prática do Bacharel em Ciências Contábeis. A análise se baseia nos dados coletados junto às instituições de ensino superior do estado Rio Grande do Sul, as quais possuem o curso de Bacharel em Ciências Contábeis e que, ao mesmo tempo, disponibilizam publicamente sua matriz curricular. Os resultados mostraram que os cursos de graduação pesquisados contemplam um número limitado de disciplinas específicas da área das Ciências Contábeis, sugerindo a formação de profissionais generalistas e não especialistas, o que fragiliza o seu ingresso no mercado de trabalho.

Portanto, é necessário buscar novos conhecimentos que devem orientar na formação do estudante em adquirir e desenvolver competências técnicas, que oportunize a identificar os pontos críticos e oportunidades de melhoria em atuar no mercado de trabalho de acordo com a realidade.

2.2 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

A criação do CPC em 2005 ocorreu quase 30 anos após a promulgação da Lei das Sociedades por Ações (6.404/76). Desta forma, o CFC, a APIMEC, a ABRASCA, a FIPECAFI e o IBRACON juntaram esforços na para a criação do Comitê.

No entanto, o CPC está sendo suportado materialmente pelo Conselho Federal de Contabilidade, o qual possui total independência em suas deliberações para estes Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações. (IUDÍCIBUS *et al.* 2010). Ainda, segundo os autores, a criação do CPC vinha sendo trabalhado desde os fins dos anos 1985, pela centralização em uma única entidade, da emissão das normas contábeis no Brasil.

Conforme Niyama (2007) evidencia que a contabilidade brasileira tradicionalmente esteve vinculada á legislação tributária e depois à societária em conjunto, sendo regulamentada por organismos governamentais, sendo politicamente fraca a influencia das entidades de classe ou institutos representativos da profissão, todavia a criação do CPC para determinação dos procedimentos contábeis, configura-se como o marco inicial para a convergência das normas contábeis.

Nesse sentido, o processo de convergência contábil no Brasil, de acordo com a Resolução do CFC nº 1.055/05, foi a criação do CPC, conforme o Art. 3º:

O Comitê de pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo (sic) o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e





CONGRESSO UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade



uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

De acordo com Schmidt, Santos e Fernandes (2006, p. 14) os benefícios das mudanças na contabilidade societária “têm por objetivo principal criar condições para a harmonização da lei societária brasileira com as melhores práticas contábeis internacionais, no intuito de eliminar as dificuldades de interpretação e aceitação das informações financeiras emitidas por empresas brasileiras.”

O estudo da Ernst & Young Terco e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis (2011) corrobora neste sentido, evidenciando que “a mudança de uma contabilidade baseada em regras (*rules*) para uma contabilidade baseada em princípios (*principles*) aumentou o grau de julgamento exigido pelos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.” De certa forma, as mudanças afetam as práticas contábeis e remetem a necessidade de qualificação profissional, tanto daqueles que atuam no meio acadêmico, quanto os prestadores de serviços contábeis, visando atender as exigências da mensuração e evidenciação dos Pronunciamentos Contábeis.

Em relação às normas, Sá (1995 p. 328) salienta que:

Norma contábil - uma regra de contabilidade; preceito a respeito de fatos patrimoniais; modelo ou exemplo de um procedimento em escrituração ou em pesquisas de contabilidade; maneira de proceder em contabilidade. As normas contábeis não devem ser confundidas com as Leis Contábeis. Filosoficamente existe uma diferença bem nítida entre esses conceitos. Várias entidades impõem suas Normas Contábeis, feitas ao sabor das comissões de profissionais designados para tal fim.

Nesse sentido, o CFC, por meio da Resolução de nº. 751/93 estabelece Normas Brasileiras de Contabilidade, o qual propõe regras de conduta profissional, seguidas de procedimentos técnicos a serem adotados. De acordo com Lemes e Carvalho (2010, p. 4) “as normas internacionais *International Financial Reportings Standards* (IFRS) buscam obedecer a princípios e evitam serem regras – estas são mais passíveis de burlas, e princípios não”. Ainda conforme Lemes e Carvalho (2010, p.4):

No último trimestre de 2009, cerca de 150 países ao redor do mundo exigem ou aceitam as normas IFRS para o preparo de demonstrações financeiras: alguns, como os quase 30 países da União Européia, exigem sua adoção para os balanços consolidados, semelhantemente ao disposto pelo Banco Central do Brasil para as instituições financeiras que este regulamenta e supervisiona.

Diante disso, o processo de convergência para as normas internacionais ocorreram em duas etapas. A primeira foi emitida em 2008, que trata do pronunciamento técnico nº 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 que inclui os CPCs de números 1 a 12 e o pronunciamento técnico CPC 14, instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação.

A segunda etapa desta convergência abrange os CPCs de números 15 a 41 (com exceção do nº 34) e interpretações diversas, os quais foram emitidos no ano de 2009, sendo sua adoção obrigatória a partir de dezembro do ano de 2010 com efeito retroativo para 2009 para fins de comparação conforme órgãos reguladores (LEI 11.638/07).

Os documentos emitidos pelo CPC possuem quatro coordenadorias, que são: de Operações, Técnica, de Relações Institucionais e de Relações Internacionais. O Quadro 1 mostra os CPCs de número 0 a 14 que foram emitidos em 2007/2008, e os CPCs de números 15 a 43 emitidos no ano de 2009. Posteriormente diversos CPCs já receberam alterações e interpretação técnica, visando melhorar a forma de aplicação e evidenciação da contabilidade brasileira frente ao processo de convergência as IFRS.





2.3 ESTUDOS ANTERIORES

A pesquisa de Fernandes et al. (2011), analisou a percepção de docentes que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil em relação à função e atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os resultados estão baseados na percepção de 190 professores sobre a função do CPC, sua atuação e importância do CPC para a profissão contábil. Os resultados do estudo evidenciam que grande parte dos docentes reconhece o CPC como entidade de classe responsável pela convergência no país, contribuindo para a melhoria da qualidade da informação contábil. Os docentes em sua maioria não concordam que o CPC simplesmente traduz as normas internacionais, todavia, não existe consenso entre os professores em relação ao fato de que a velocidade com que as normas são publicadas pode estar prejudicando as discussões sobre a convergência. A segunda parte do estudo demonstra que a maioria dos docentes concorda que o órgão permite maior participação da classe contábil na elaboração de padrões de contabilidade, o que irá fortalecer a classe contábil, atribuindo-lhe autoridade substantiva.

O estudo de Espejo et al. (2010) foi desenvolvido com a finalidade de verificar se a Universidade Federal do Paraná, como única instituição de ensino superior federal no estado, está adaptando o ensino no curso de Ciências Contábeis aos preceitos da nova lei. Metodologicamente, trata-se de uma investigação de caráter formal, ex post facto, descritiva, desenvolvida por meio de um questionário aplicado aos alunos do 1º e do 4º ano. Os resultados apontam que a instituição está promovendo adaptações no ensino em resposta às alterações constantes da Lei 11.638/07. Como limitação da investigação, aponta-se a reduzida amostra, impedindo a generalização dos resultados.

O estudo de Oliveira et al. (2012) foi para verificar a percepção dos estudantes de contabilidade sobre o impacto do IFRS no Brasil. Realizaram uma pesquisa bibliográfica, descritiva e de levantamento de dados, utilizando-se de questionário, que foi aplicado nas faculdades FACEC - Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó e FACACI - Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativa de Cachoeiro de Itapemirim, para 47 alunos matriculados no 8º período de Ciências Contábeis. Com os dados obtidos, observou-se que os estudantes têm um bom conhecimento do processo de convergências das normas contábeis.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo, quanto aos procedimentos caracteriza-se como de levantamento, com abordagem qualitativa dos dados.

O Curso de Ciências Contábeis analisado foi constituído em 1974, e já formou 49 turmas no decorrer dos 39 anos de formação. Atualmente a composição do corpo docente é formada por 14 profissionais contábeis que atuam nas disciplinas específicas de contabilidade do curso e outros 10 professores que atuam em outros componentes curriculares, sendo que a matriz curricular possui um total de 58 disciplinas, do primeiro ao oitavo período.

A coleta dos dados foi realizada no período temporal de outubro de 2013, a partir do questionário elaborado com 5 questões, visando identificar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis sobre a aplicação dos pronunciamentos contábeis (CPCs) nos componentes curriculares por eles ministrados.

O questionário foi enviado por meio eletrônico aos docentes do curso que atuam nas disciplinas específicas de contabilidade, sendo que 11 deles responderam a pesquisa e constituem a amostra final analisada.





4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A partir da pesquisa aplicada por meio dos questionários aos docentes do Curso de Ciências Contábeis, observaram-se as principais características no processo de ensino aprendizagem relacionadas à utilização, aplicação e as dificuldades relacionadas à aplicação dos CPCs nas disciplinas ministradas no Curso de Ciências Contábeis.

A Tabela 1 apresenta a forma de encaminhamento e aplicação dos CPCs pelos docentes nas aulas.

Tabela 1: Maneiras de aplicar os CPCs nos componentes curriculares

Procedimentos de ensino	Frequência absoluta	Frequência relativa
Leitura	6	19%
Resumo	3	9%
Análise das Demonstrações Financeiras Publicadas – DFs	3	9%
Questionário	3	9%
Desenvolvimento/aplicação de modelo	1	3%
Estudo de casos	5	16%
Exercícios de contabilização	7	22%
Exercícios de mensuração e reconhecimento	2	6%
Não se aplica	1	3%
Outros	1	3%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 1 a forma de encaminhamento, utilização ou operacionalização na aplicação dos CPCs. Dos entrevistados, 22% utilizam exercícios de contabilização como processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas ministradas, outros 19% fazem o encaminhamento de leituras, 16% utilizam-se de estudos de caso, 9% solicitam a elaboração de resumos e a análise das demonstrações financeiras, ou as respostas por meio de questionários, respectivamente. Outros 6% utilizam como forma de aplicação o desenvolvimento de exercícios de mensuração e reconhecimento, 3% dos docentes desenvolvem a aplicação de modelos. Finalmente, 3% não aplicam ou utilizam outros métodos.

Na Tabela 2 verificam-se as principais dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem relacionadas à aplicação dos CPCs.,

Tabela 2: As principais dificuldades do processo de ensino-aprendizagem relacionados à aplicação dos CPCs

Dificuldades	Frequência absoluta	Frequência relativa
Falta de modelos teóricos (exemplos)	6	33%
Elevada subjetividade dos CPCs	3	17%
Dificuldade de interpretação	4	22%
Dificuldade de adaptação ao conteúdo programático	0	0%
Outros	5	28%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 2 observam-se as principais dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem relacionadas à aplicação dos CPCs, conforme os docentes do curso de ciências contábeis pesquisado. Observa-se que 33% afirmam que a falta de modelos teóricos ou de exemplos práticos são as principais dificuldades para a aplicação do conteúdo dos CPCs, outros 28% indicaram outros motivos, citando como dificuldade a falta de hábito de leitura complementar dos acadêmicos. Ainda, 22% dos docentes encontram dificuldade de interpretação dos CPCs, 17% indicaram que a maior dificuldade no processo de ensino-aprendizagem se refere à elevada subjetividade dos CPCs. Não houve indicação por parte dos



docentes da amostra, sobre a possibilidade prevista no questionamento, quanto as dificuldades de adaptação dos CPCs junto aos conteúdos programáticos.

Na Tabela 3 observam-se as respostas quanto ao questionamento sobre os conceitos utilizados nos CPCs, que são aderentes as IFRS. Questionou-se, se no entendimento dos docentes, estes conceitos atendem de forma mais adequada aos preceitos da teoria da contabilidade.

Tabela 3: Os conceitos utilizados nos CPC's atendem de forma mais adequada aos preceitos da teoria da contabilidade

Alternativas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Concordo plenamente	5	42%
Concordo parcialmente	7	58%
Nem concordo nem discordo	0	0%
Discordo parcialmente	0	0%
Discordo totalmente	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 3 os resultados em relação ao entendimento dos conceitos utilizados nos CPCs, em relação aos preceitos da teoria da contabilidade. Dos respondentes, 58% concordam parcialmente que os conceitos utilizados nos CPCs atendem de forma mais adequada aos preceitos da teoria contábil e outros 42% concordam plenamente. Nota-se que o grupo de docentes atribui ao conjunto de normas emitidas pelo CPC não apenas um alinhamento ao contexto internacional, mas de melhor acatamento dos princípios da Teoria da Contabilidade.

Verificou-se ainda com os docentes do curso pesquisado sobre quais CPCs são abordados nas disciplinas ministradas, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Relação de CPCs que são abordados nas disciplinas ministradas

CPCs	Frequência absoluta	Frequência relativa
CPC 00 Pronunciamento Conceitual Básico	6	9%
CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos	2	3%
CPC 02 Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21)	1	2%
CPC 03 Demonstração do Fluxo de Caixa (IAS 7)	3	5%
CPC 04 Ativo Intangível (IAS 38)	1	2%
CPC 05 Divulgação sobre partes relacionadas (IAS 24)	0	0%
CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17)	2	3%
CPC 07 Subvenção e Assistências Governamentais. (IAS 20)	1	2%
CPC 08 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários (IAS 39)	0	0%
CPC 09 Demonstração do valor adicionado (BR)	3	5%
CPC 10 Pagamento baseado em ações (IFRS2)	0	0%
CPC 11 Contratos de seguros (IFRS 4)	0	0%
CPC 12 Ajuste no valor presente (BR)	3	5%
CPC 13 Adoção inicial da lei nº 11.638/07 e da MP 449/0 (BR) valido só para 2008	0	0%
CPC 14 Instrumentos financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	2	3%
CPC 15 Combinação de negócios (IFRS 3)	2	3%
CPC 16 Estoques (IAS 2)	3	5%
CPC 17 Contratos de construção (IAS 11)	0	0%
CPC 18 Investimento em coligada e em controlada (IAS 28)	1	2%
CPC 19 Investimento em empreendimento controlado em conjunto (IAS 31)	0	0%
CPC 20 Custos de empréstimos (IAS 23)	2	3%
CPC 21 Demonstração intermediária (IAS 34)	1	2%



CPC 22 Informações por segmento (IFRS 8)	2	3%
CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (IAS 8)	1	2%
CPC 24 Evento subsequente (IAS 10)	2	3%
CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 27)	3	5%
CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1)	6	9%
CPC 27 Ativo Imobilizado (IAS 16)	5	8%
CPC 28 Propriedade para investimento (IAS 40)	1	2%
CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41)	1	2%
CPC 30 Receitas (IAS 18)	0	0%
CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5)	0	0%
CPC 32 Tributos sobre o lucro (IAS 12)	1	2%
CPC 33 Benefícios a Empregados (IAS 19)	1	2%
CPC 35 Demonstrações Separadas (IAS 27)	1	2%
CPC 36 Demonstrações consolidadas (IAS 27)	3	5%
CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 1)	0	0%
CPC 38 Instrumentos financeiros (IAS 39)	1	2%
CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32)	1	2%
CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)	1	2%
CPC 43 Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40 (BR)	0	0%
Não se aplica	2	3%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 demonstra a relação dos CPCs utilizados nas disciplinas do curso de ciências contábeis, onde é constatado que existe a aplicação e utilização de diversos CPCs no decorrer das disciplinas ministradas, destacando-se o CPC 00- Pronunciamento Conceitual Básico e o CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), citados por 9% dos docentes respondentes.

No entanto, destaca-se que onze CPCs não são contemplados no decorrer das disciplinas ministradas no curso de contábeis, embora poderiam ser utilizados pelos 3 professores que não responderam ao questionário, ou por não estarem ajustados aos conteúdos programáticos das disciplinas do curso analisado.

De forma geral os resultados relacionam-se com o estudo de Fernandes et al. (2011), quanto à percepção dos docentes que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, evidenciando que a maioria dos docentes preocupa-se com o atendimento das recomendações e os novos padrões exigidos na forma de CPCs, como percebeu-se no processo de ensino-aprendizagem e na adoção dos CPCs aos preceitos da teoria da contabilidade.

Os resultados também corroboram com o estudo de Espejo et al. (2010) evidenciando que outra instituição de ensino também está promovendo adaptações no ensino em resposta às alterações constantes da Lei 11.638/07 e as novas normas contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis sobre a aplicação dos pronunciamentos contábeis (CPCs) nos componentes curriculares por eles ministrados. Visando atender a problemática da pesquisa aplicou-se um questionário por meio eletrônico, para os docentes integrantes do curso de ciências contábeis de uma Universidade do Estado de Santa Catarina. A partir da análise dos dados do questionário observou-se a relação de CPCs, que são utilizados nas disciplinas.

Metodologicamente a pesquisa é de cunho descritivo, de levantamento e com abordagem qualitativa, com a amostra do estudo constituída por 11 professores. As dificuldades encontradas na aplicação dos CPCs se referem à falta de modelos teóricos ou exemplos para a aplicação do conteúdo, a falta de hábito de leitura complementar dos



acadêmicos e as dificuldades de interpretação, além da elevada subjetividade na interpretação dos pronunciamentos.

Quanto aos conceitos utilizados nos CPCs, há uma concordância de que atendem de forma mais adequada aos preceitos da teoria da contabilidade. De modo geral, a pesquisa evidencia a utilização e aplicação dos CPCs nas disciplinas ministradas no curso de ciências contábeis, bem como, a necessidade do esforço contínuo dos docentes, para com a adaptação dos conteúdos propostos pelos CPCs aos componentes curriculares.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Hugo Rocha, ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária**: Lei nº 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2009.

CAPACCHI, M.; MORETTO, Cleide Fátima; VANCIN, Valmor; PADILHA, Fábio Antonio Rezende. **A prática do ensino contábil no estado do Rio Grande do Sul**: uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 1, 2007. Gramado-RS. Anais. São Paulo: ANPCONT, 2007.CD-ROM.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE nº 10 de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res10_cne.htm. Acesso em 01 jul. 2012.

COSTA, Jorge Andrade; YAMAMOTO, Marina Mitiyo; THEÓPHILO, Carlos Renato. A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade São Paulo, 11., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. (CD Room)

ERNST & YOUNG TERCO; FIPECAFI. IFRS: 1º ano. **Análises sobre a adoção inicial do IFRS no Brasil**. Disponível em <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/\\$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/FIPECAFI_1_ano_de_IFRS/$FILE/Fipecafi_Baixa.pdf)> Acesso em 16 nov. 2013.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; CRUZ, Ana Paula Capuano da; COSTA, Flaviano; ESPEJO, Robert Armando; COMUNELLO, André Luiz. Evidências Empíricas do Ensino no Curso de Ciências Contábeis – Uma Análise das Respostas às Alterações Provenientes da Lei 11.638/07. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 23 - p. 39, jan./abril, 2010.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; LIMA, Diogo Henrique Silva de; VIEIRA, Eduardo Tadeu ; NIYAMA, Jorge Katsumi. Percepção de docentes de cursos de graduação em ciências contábeis sobre a função e atuação do comitê de pronunciamentos contábeis. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 4, p. 60-81, out./dez., 2011.

International Accounting Standards Board. **Normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs)**: conforme emitidas até 1º de janeiro de 2009. São Paulo: IBRACON – Instituto dos auditores Independentes do Brasil, 2010.





CONGRESSO UFSC *de*
 Controladoria e Finanças &
 Iniciação Científica em Contabilidade



IUDÍCIBUS Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS. Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS , Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZELIOLI JÚNIOR, Roberto Zelioli. Análise de cenários para adequações as normas internacionais de contabilidade (IFRS). **Anuário da produção de iniciação científica discente**, vol. XII, n.13, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo, Atlas, 2007.

SCHMIDT, Paulo, SANTOS, José Luiz dos, FERNANDES, Luciane Alves. **Fundamentos de contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

